

ENTREVISTA

Carlos Pereira explica por que a democracia brasileira está viva

INFÂNCIA

Diagnósticos de TDAH e a medicalização de crianças crescem no Brasil

Foto: Gustavo Mansur/Palácio Piratini/Governo RS



Vamos falar sobre educação ambiental?

Como pais, escolas e professores irão lidar com as questões relacionadas ao meio ambiente e à sustentabilidade após a catástrofe climática que devastou o estado

EDITORIAL

Democracia à prova de golpes

O cientista político e professor da Fundação Getúlio Vargas Carlos Pereira, que escreveu em coautoria com Marcus André Melo o livro *Por que a Democracia Brasileira Não Morreu?*, analisa, em entrevista nesta edição, os mecanismos constitucionais que blindaram o país contra um golpe de Estado arquitetado até por setores militares para manter Bolsonaro no poder após a derrota nas urnas em 2022. Provocativos, os autores afirmam na obra que a tentativa de golpe não chegou a se constituir uma ameaça real. "Isso porque a democracia brasileira se reveste de mecanismos capazes de resistir a esse tipo de investida antidemocrática", explica Pereira neste bate-papo com o *Extra Classe*.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL – A educação ambiental que foi desarticulada nas redes de ensino nas últimas décadas e perdeu espaço em tempos de patrulha política contra professores em sala de aula deverá voltar à agenda após a catástrofe climática, decorrente do aquecimento global que devastou o Rio Grande do Sul em maio deste ano. Como os professores irão abordar o tema do meio ambiente a partir de agora?

SAÚDE MENTAL – Ainda a propósito da destruição provocada pelas enchentes, esta edição aborda o adoecimento psíquico relacionado à tragédia. As demandas por assistência em saúde mental quadruplicaram na última década no estado, um aumento que coincide com a redução dos investimentos e o desmonte das políticas públicas de assistência psicológica, que deveria amparar quem perdeu familiares e bens materiais e sofre com o isolamento, a depressão e a redução das capacidades devido ao trauma.

INFÂNCIA E MEDICALIZAÇÃO – Também é destaque desta edição o aumento dos diagnósticos de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Enquanto isso, crescem no país os indicadores de medicalização de crianças muitas vezes mal diagnosticadas com TDAH.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL – Na reportagem central, uma abordagem sobre alimentação saudável de acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira, publicação de relevância nacional e internacional para políticas de alimentação e saúde, a qual foi lançada em 2006 e atualizada para a realidade dos brasileiros em 2014, e agora em 2024. Fundamental na promoção de dietas saudáveis e sustentáveis, a nova edição rompe com ideias antigas de nutrição e valoriza aspectos sociais e culturais das práticas alimentares. Além disso, alerta sobre o mal que os produtos ultraprocessados representam para a saúde.

Confira também: Arte +, Luis Fernando Verissimo, Marcos Rolim, Marco Weissheimer, Fraga, Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago.

Nota: Devido ao comprometimento dos serviços de impressão e distribuição, a edição de Julho/Agosto será disponibilizada em formato PDF e flip no site www.extraclasse.org.br.



04 ENTREVISTA

O professor e cientista político Carlos Pereira explica por que a democracia brasileira não morreu com os atos de 8 de janeiro de 2023

07 WEISSHEIMER

Os sentidos e desafios da reconstrução do Rio Grande do Sul

08 EDUCAÇÃO

Como os eventos climáticos extremos provocados pelo aquecimento global e a catástrofe que devastou o estado serão abordados em sala de aula

11 ROLIM

É preciso salvar o Parlamento brasileiro

12 INFÂNCIA

TDAH: aumento no número de diagnósticos e medicalização preocupam profissionais de saúde

14 SAÚDE

Retrocessos nas políticas de saúde mental acentuam sofrimento dos mais vulneráveis

17 ALIMENTAÇÃO

Guia alimentar ensina que comer é um ato político e recomenda: descasque mais, desembale menos

20 ENSINO PRIVADO

Assinadas Convenções Coletivas de Trabalho da educação básica e superior 2024-2025

24 ARTE +

Sem medo da Lei Rouanet

Boa leitura!

EXTRA
CLASSE-ORG-BR

Redação: extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Editor de Fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Estagiária em Jornalismo: Bárbara de Oliveira Neves

Colaboradores: Elstor Hanzen, Marcelo Menna Barreto e Ernani Campelo

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283
extraclasse@sinprors.org.br

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e das matérias assinadas é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee
Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

extraclasse.org.br fb.com/jornalextraclass instagram.com/jornalextraclass

Marco Temporal

SANTIAGO

Foto: Mário Agra/ Câmara dos Deputados



Deputada Célia Xakriabá (PSol-MG)

A Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 2 de julho, o Projeto de Lei 4566/23, o qual proíbe a imposição administrativa, legislativa ou judicial de qualquer marco temporal para fins de demarcação de terras indígenas. De autoria da deputada Célia Xakriabá (PSol-MG), que contou com contribuições da Apib, o PL também fixa o ano de 1500 como Marco Temporal do Genocídio Indígena e é uma resposta à Lei 14.701/2023, que legaliza a tese ruralista do Marco Temporal. A partir de agora, o PL segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça.



Após recorde de queimadas no mês de junho, Pantanal pode enfrentar pior seca em 40 anos

Diferentes organismos internacionais de defesa do meio ambiente projetam que 2024 será marcado pela mais grave seca da história do Pantanal. Nos últimos cinco anos, a região enfrenta a maior estiagem em quatro décadas, aponta um estudo feito a partir de dados de satélite divulgado no dia 3 de julho, pelo WWF-Brasil.

O mês de junho teve neste ano a maior média de área queimada no Pantanal de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul registrada desde 2012, pela série histórica do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais do Departamento de Meteorologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em apenas 30 dias, o fogo consumiu mais de 411 mil hectares do bioma, quando, na média histórica, o Pantanal costuma queimar pouco mais de oito mil hectares.

A seca que castiga a região entre maio e setembro, com a maior incidência de chuvas entre outubro e abril, chegou mais cedo ao Pantanal neste ano. Nos primeiros quatro meses, não ocorreram as cheias, e a média de área coberta por água foi de 400 mil hectares, 10% inferior ao registrado no período de seca do ano passado.

AQUECIMENTO GLOBAL – Tempos mais secos, baixa umidade relativa do ar e altas temperaturas evidenciam os impactos das mudanças climáticas e do El Niño, explica a analista de Conservação do WWF-Brasil, Cyntia Santos. Ela alerta que a situação deve piorar nos próximos anos.

“Os incêndios no Pantanal tiveram, em 2024, o pior primeiro semestre dos últimos 26 anos, com junho batendo recorde de queima-

da. Mais de 700 mil hectares já foram atingidos, a maioria em Corumbá, no Mato Grosso do Sul. Até o fim do ano, o fogo deve destruir mais de 2 milhões de hectares no Pantanal.”

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



Brigadistas do Prevfogo/Ibama combatem incêndios florestais no Pantanal



Notícia e informação têm bastante, mas pensadas para você, só têm aqui.

Educação | Economia | Política | Saúde | Justiça | Opinião... Acesse e saiba sempre muito mais!

extraclasse.org.br

SINPRO/RS

Democracia brasileira frágil, mas à prova de golpes



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



Foto: Andressa Amohete/SCO/STF

por Marcelo Menna Barreto

O livro *Por que a Democracia Brasileira Não Morreu?* (Cia das Letras, 2024, 272p.), dos cientistas políticos Marcus André Melo e Carlos Pereira, foi recebido como uma provocação nos meios acadêmicos. Isso porque os autores sustentam que a tentativa de golpe para impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e manter Jair Bolsonaro (PL) no poder nunca foi, de fato, uma ameaça real. Professor da Fundação Getúlio Vargas – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (FGV-Ebape), Carlos Pereira é PhD em Ciência Política pela New School for Social Research. Colunista do jornal *O Estado de São Paulo*, ele foi professor visitante das universidades de Stanford, Sorbonne, Oxford, Hertie School, Universidade de São Paulo (USP) e Colby College; professor da Michigan State e pesquisador da Brookings Institution. Nesta entrevista ao *Extra Classe*, ele esclarece esse enigma proposto pela obra e afirma que a democracia brasileira se reveste de mecanismos capazes de resistir a esse tipo de investida antidemocrática. Ao abordar a literatura que versa sobre a erosão das democracias, o autor explica que há muitos fatores, além da perspectiva de quem agride os processos democráticos, a serem levados em conta.

Extra Classe – A tentativa de golpe foi discutida nas Forças Armadas. O comandante da Marinha assentiu. No alto comando do Exército, um general se dispôs a aderir mediante ordens do então presidente. Estou me referindo a tal minuta do golpe. Generais de quatro estrelas de dentro do governo pressionaram os chefes do Exército e da Aeronáutica. Diante de tudo isso, é possível afirmar que não foi uma ameaça real?

Carlos Pereira – Sim. E a explicação está na ineficiência do sistema político brasileiro. O que eu quero dizer com isso? É que o sistema político brasileiro é dotado de muitos pontos de vetos institucionais e partidários. Se isso, de um lado, gera muita ineficiência governativa, dificulta que o presidente de plantão faça valer e aprovar a sua agenda, por outro lado, esse mesmo sistema cria obstáculos endógenos para que presidentes com perfil autocrático implementem políticas iliberais. Então, mesmo quando militares do calibre do ex-comandante da Marinha namoraram com propostas golpistas, a chance de que isso (o golpe) viesse a dar certo era muito baixa, ou quase inexistente. Em função do próprio desenho institucional que cria dificuldades imensas para que um presidente com perfil autocrático consiga convencer todos esses atores dessa agenda de fragilização da democracia.

EC – Mesmo incompetente, ao seu estilo, Bolsonaro insuflou e continua insuflando massas que foram retiradas do que há de pior no pensamento político mundial. O ápice foi o 8 de janeiro de 2023. Se a tentativa de golpe para os senhores não foi uma ameaça real, o quebra-quebra na Praça dos Três Poderes foi o quê?

Pereira – Exatamente isso que você definiu. Foi uma tentativa desesperada de não reconhecer a derrota. Foi uma tentativa desesperada de insuflar a sociedade contra o resultado eleitoral. Mas as respostas foram dadas de forma imediata. No dia seguinte, o presidente Lula, junto com a presidente da Suprema Corte (*Rosa Weber*), junto com o presidente da Câmara dos Deputados (*Artur Lira*), do

Senado (*Rodrigo Pacheco*), com vários governadores, de mãos dadas, marchou perante os prédios públicos, sinalizando o compromisso de todas essas instituições com o processo democrático, a despeito dessa tentativa desesperada de quebrar a democracia.

EC – Se o grande número de partidos é um antídoto institucional contra iniciativas iliberais e antidemocráticas de presidentes populistas, no caso do Brasil, como explicar o que ocorreu nos Estados Unidos? Diria que existe uma extrema direita global sem pudores em esticar ao extremo a corda e uma ameaça constante?

Pereira – Bom, eu não sei dizer exatamente o quanto essa extrema direita é coordenada de maneira global, mas, de certa forma, eu entendo perfeitamente que existe um ambiente de frustração importante com as democracias, especialmente a partir da crise de 2008, e que vários setores da sociedade se sentiram excluídos e mais susceptíveis a apelos populistas e antidemocráticos. Em vários países, aconteceu de presidentes eleitos democraticamente se valerem da sua eleição sob essas bases para concentrar mais poder e para fragilizar as organizações de controle. Entretanto, nem em todas as sociedades essa agenda prosperou. Pelo contrário, foram pouquíssimas as experiências em que iniciativas de extrema direita ou de extrema esquerda, como, por exemplo, aqui na Venezuela, prosperaram. A literatura sobre erosão democrática só percebe essa espécie de jogo a partir do agressor, mas não leva em consideração o desenho institucional de cada um desses países, nem tampouco a qualidade e a vigilância da própria sociedade, da mídia, dos sindicatos, dos grupos sociais que se formam, dos empresários. Sociedades são muito diferentes, e projetos autoritários vão ter mais ou menos condições férteis ou inférteis de prosperarem. No caso brasileiro especificamente, o terreno é muito infértil para saídas autoritárias. Então, não é necessariamente o fato de ter chegado um populista de extrema direita que nós nos vulnerabiliza-

mos. Especificamente em relação ao caso americano, em função do sistema lá ser presidencialista bipartidário, eu percebo que aquele sistema de lá, em que pese ter uma das democracias mais longevas, é mais vulnerável do que a nossa democracia, dado que é mais provável que um partido consiga maioria nas duas casas legislativas em torno de um projeto autoritário do que no caso brasileiro, em que é raríssimo acontecer de o presidente conseguir ter maioria dentro do Legislativo.

EC – Por que as teorias da erosão da democracia a partir dos próprios mecanismos democráticos não são totalmente confiáveis?

Pereira – Essa literatura está sendo adaptada. Inclusive, os próprios autores que escreveram o livro *Como as Democracias Morrem* (*Steven Levitsky e Daniel Ziblatt*), recentemente, publicaram um artigo reconhecendo que não é necessariamente a eleição de um populista extremo, seja ele de esquerda ou de direita, que vai fragilizar a democracia. É preciso levar em consideração o desenho institucional e a capacidade da sociedade de se organizar, de reagir, de resistir e de ser resiliente.

EC – Voltando ao 8 de janeiro e ao Capitólio, para o senhor, as nossas respostas foram mais eficazes do que as respostas que estão sendo dadas nos Estados Unidos?

Pereira – Não resta dúvida. A Suprema Corte do Brasil puniu vários dos envolvidos com penas duríssimas; vários foram presos e ainda há um processo de investigação em que o próprio ex-presidente Bolsonaro pode vir a ser punido por isso. Ele está sob suspeita, inclusive, de ser um dos envolvidos no processo. Então, estamos ainda esperando como é que vai se dar essa investigação e se ele, de fato, vai ser indiciado, e como vai se dar essa decisão. Então, com certeza, a resposta brasileira ao conflito semelhante ao que aconteceu nos Estados Unidos foi muito mais efetiva.

EC – Apesar de as instituições terem funcionado, a passagem de Bolsonaro pela presidência

Há uma frustração com as democracias por parte de quem se sentiu excluído e mais suscetível a apelos populistas e antidemocráticos

não criou, de certa forma, um desarranjo entre os três poderes ao implantar um presidencialismo orçamentário?

Pereira – Bom, esse processo de fortalecimento do Legislativo vis-à-vis do Executivo não começou no governo Bolsonaro. Começou já no governo Dilma, quando ela aquiesceu a impositividade das emendas individuais. E com a chegada de Bolsonaro, ele também implementou a impositividade das emendas de bancada, das emendas coletivas. Mas a estratégia que Bolsonaro utilizou se viu derrotada. Porque no início de 2020, especialmente quando estourou a pandemia e os escândalos de corrupção que envolviam seus familiares, Bolsonaro não teve outra alternativa a não ser buscar no Centrão uma coalizão de sobrevivência para lidar com a sua governabilidade. Então, de certa forma, a estratégia inicial dele – de associar presença livre de coalizão, que tentava passar como uma presença livre de corrupção –, ela fracassou. E, no momento em que ele procura os quartilhos do Centrão, foi um sinal claro de domesticação, de que aquele presidente se submeteu às regras do jogo multipartidário. E o orçamento secreto, que foi a forma encontrada de lidar com esses constrangimentos, também foi corrigido pela Suprema Corte. O STF considerou esse mecanismo de transferência de recursos para o Legislativo inconstitucional. Então, a pergunta que se poderia fazer é se as instituições teriam capacidade ou não de se antecipar a esses problemas. Mas é muito difícil cobrar isso de qualquer regime político. O mais importante é saber se, diante das agressões a um regime democrático, o sistema foi capaz de responder à altura. E o Brasil ofertou respostas à altura capazes de constranger esse presidente.

ENTREVISTA

EC – Uma coisa é certa. Há um clima mundial de ascensão da extrema direita no mundo. Trump, apesar de condenado, pode ser eleito novamente nos Estados Unidos. A extrema direita francesa e alemã tiveram vitórias expressivas para as eleições do Parlamento Europeu. Então, para finalizar, o livro diz que nosso Congresso funcionou como uma resistência natural. Mas, levando em conta que, cada vez mais, temos um Parlamento forjado nas bases que sustentou Bolsonaro eleições após eleições, mais fisiológico e de um conservadorismo fundamentalista, não estamos expostos ao risco de uma nova aventura autoritária, quem sabe mais competente como a de Viktor Orban, na Hungria?

Pereira – É pouco provável que isso aconteça. Eu acho que existe uma preferência conservadora natural na democracia brasileira. Eu vejo isso, inclusive, como um sinal de maturidade. O pensamento conservador faz parte. Existe um contingente importante de religiosos no Brasil que são conservadores. O grande problema é quando esses conservadores decidem jogar fora do jogo. Mas a alternância do poder perante experiências mais progressistas ou experiências mais conservadoras, desde que o derrotado reconheça o resultado

do jogo e jogue de novo no futuro e acredite que pode vir a ser governo no futuro, isso faz parte da maturidade da democracia. Então, assim, como disse, eu não vejo necessariamente como um problema o crescimento do pensamento conservador. Eu vejo isso muito mais como fluxo e refluxo. Do mesmo jeito como você identificou que na Europa, na França e na Alemanha, a bancada de extrema direita aumentou de forma vigorosa para o Parlamento Europeu, por outro lado, perdeu em outros países como Dinamarca, Suécia, Portugal. A extrema direita, por exemplo, foi muito votada para o Parlamento Português, mas foi derrotada para o Parlamento Europeu. Então eu acho que tem mais nuances nesse jogo e, para mim, não está claro que inexoravelmente estejamos, que o mundo esteja caminhando nesta direção. O jogo está sendo jogado e cada uma dessas democracias tem dado respostas possíveis e à altura desse jogo.

EC – O senhor menciona o ciclo de alternância no poder dentro do jogo. Mas é importante lembrar que estamos falando de “conservadores”, pelo menos de uma parcela expressiva, que ainda nega que a eleição presidencial passada tenha sido limpa; que continua, pelo menos no seu

Foto: Lúlia Marques/Agência Brasil



O terreno é muito infértil para saídas autoritárias. Não seria um populista de extrema direita no poder que iria nos deixar vulneráveis

discurso, afirmando que houve fraude nas urnas, não?

Pereira – Mas, essas pessoas vão ser derrotadas na vida. Quem joga fora do jogo, o sistema político brasileiro é tão virtuoso nesse sentido, que quem, de certa forma, joga fora do jogo, ou é punido, ou é expulso do jogo. É como se tivéssemos anticorpos capazes de nos proteger contra esses atores. O pensamento conservador que quiser jogar dentro do jogo faz parte.

E é legítimo que esse pensamento consiga ser majoritário em alguns momentos e minoritário em outros momentos. Isso faz parte da vida democrática. O problema é a quebra do jogo. Eu acho que estamos longe disso. Eu acho que a experiência do governo Bolsonaro e as respostas que as instituições e a sociedade foram capazes de dar mostram o quão a democracia brasileira está viva, ativa e vigilante.

CONVENÇÃO ASSINADA, DIREITOS RENOVADOS.

Os professores do Ensino Privado concluíram sua negociação coletiva. Consultar um advogado para conhecer seus direitos é o melhor caminho para exercê-los.

Escritório credenciado:
SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

* WhatsApp exclusivo para mensagens de texto.

CAINELLI
ADVOGADOS

Para saber mais sobre seus direitos previdenciários, trabalhistas e cíveis, conte com nossa experiência de 27 anos na defesa dos professores do Ensino Privado. **Entre em contato através do WhatsApp:**

51 3237.2791*



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

Os sentidos e desafios da reconstrução do RS

Foto: Igor Sperotto



"A capital do estado foi uma das cidades mais atingidas pelas chuvas e cheias, deixando um rastro de destruição e milhares de desabrigados"

Já é bem conhecida a cadeia de precarização dos serviços públicos, de ocupação predatória dos solos e de negligências com mecanismos que poderiam ter, ao menos, minimizado os efeitos destruidores do extremo climático que se abateu sobre o extremo sul do país

O trabalho de reconstrução do Rio Grande do Sul, após a catástrofe ambiental causada pelo evento extremo climático marcado por fortes chuvas e enchentes em várias regiões do estado, passará a ocupar um lugar cada vez mais importante nos próximos dias, meses e anos. Há um curto, médio e longo prazo que se cruzam. E essa reconstrução não é só física. Ela também é emocional e conceitual. No auge da crise, algumas vozes apareceram dizendo: não é hora de "politizar a questão" ou "buscar culpados". No entanto, parece que uma das formas mais garantidas para que a tragédia atual se repita (como, aliás, se repetiu nos últimos meses, vide o que aconteceu em setembro e novembro de 2023) é não debater como chegamos até aqui.

"Reconstruir com resiliência climática, criando oportunidades de negócios e de futuro, é o único caminho para dinamizar a economia gaúcha no longo prazo. Estaremos à altura desta façanha?"

A pergunta é de André Moreira Cunha, professor do Departamen-

to de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), que integra um grupo de pesquisadores desta instituição, a qual vem analisando as possibilidades de caminhos para a reconstrução da economia gaúcha diante da catástrofe climática que se abateu sobre o estado.

Professores e pesquisadores da Faculdade de Ciências Econômicas se mobilizaram e construíram um documento intitulado "A Reconstrução do RS", propondo uma estratégia de longo prazo para o enfrentamento dos múltiplos e imensos problemas que o estado deverá enfrentar nos próximos meses e anos.

As elites políticas e econômicas do Rio Grande do Sul, observa André Moreira Cunha, "mergulhadas em interesses de curto prazo e condicionadas pelos calendários eleitorais e pressões diversas, não ousam pensar que há a oportunidade de reconstruir o estado em bases que permitiriam aumentar a produtividade e o crescimento no longo prazo".

Em vez de fazer isso, acrescen-

ta, "apelam para soluções supostamente mágicas e consultorias internacionais, desprezando a ciência e as sólidas instituições de pesquisa existentes no estado". Já o caminho proposto pelos economistas e pesquisadores da Universidade Federal pensa o longo prazo e trabalha com o conceito de resiliência climática:

"A Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs aposta nesta direção e fornece elementos para a construção desta nova realidade", completa o documento.

Ainda nesta linha de refletir sobre qual deverá ser a lógica da reconstrução. Arno Kayser, agrônomo, ecologista, escritor, fundador e ex-presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos (Comitesinos), afirma:

"Muita gente não entendeu que o paradigma tecnológico que levou a sociedade à situação atual de desequilíbrio ambiental não tem capacidade de trazer soluções para a crise que vivemos. Precisamos pensar como a natureza e copiar ou ajudar a implementação das soluções que ela usa para

sairmos desta e ter esperança de um futuro para a humanidade no planeta.

Resta saber em que medida essa questão da reconstrução afetará as eleições municipais deste ano. Esse tema vem ganhando relevância nas últimas semanas, especialmente no caso de Porto Alegre, a capital do estado que foi uma das cidades mais atingidas pelas chuvas e cheias, deixando um rastro de destruição e milhares de desabrigados. Já é bem conhecida a cadeia de precarização dos serviços públicos, de ocupação predatória dos solos e de negligências com mecanismos que poderiam ter, ao menos, minimizado os efeitos destruidores do extremo climático que se abateu sobre o extremo sul do país.

A questão agora é saber como esses episódios impactarão o processo eleitoral que se iniciará muito em breve. O pano de fundo é um só: qual é o modelo de cidades que queremos? Vamos simplesmente enxugar as águas e as lágrimas e retomar as rotinas de antes, como se nada de muito significativo tivesse acontecido?



Foto: Igor Sperotto

Estudantes da escola Amigos do Verde, referência em educação ambiental em Porto Alegre

Vamos falar de educação ambiental?

por Ernani Campelo

Para a maioria das escolas públicas e privadas, a obrigatoriedade da educação para a sustentabilidade nos currículos – como prevê a Constituição Federal e regulamenta a Lei 9.795, a qual instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental há mais de um quarto de século – nunca passou de uma abstração. Enquanto isso, as evidências e os alertas de cientistas e professores sobre emergência climática, aquecimento global e sustentabilidade vêm sendo negados e até mesmo têm motivado perseguições e punições a docentes. A partir de agora, após a catástrofe climática, como a educação ambiental irá emergir em sala de aula no Rio Grande do Sul devastado por ciclones e enchentes?

Se até há bem pouco tempo as tragédias climáticas pareciam estar muito distantes, em contextos de outros países, nos últimos meses o Rio Grande do Sul passou a conviver de forma mais intensa com as mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global.

Para muitos, a ficha só caiu com a enchente que devastou o estado em maio, atingindo 70% dos municípios e deixando 2,5 milhões de pessoas desabrigadas. Além da desarticulação da legislação ambiental e da fiscalização, essa realidade coincide com o desmonte da educação ambiental nos sistemas de ensino, como assegurado no artigo 225 da Constituição Federal.

“Avançamos com a criação da Lei 9.795, de 1999, que determina a Política Nacional de Educação Ambiental, com a criação de parâmetros curriculares que incluíram a educação ambiental, a inclusão da educação para a sustentabilidade e conquistamos a questão da transversalidade com a educação

ambiental, mas não conseguimos implantar isso na prática”, lamenta o biólogo Francisco Milanez, da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan).

Para Milanez, a educação ambiental deveria ser crítica para ensinar a ler e interpretar a realidade. “Deve ser uma educação para a vida, que dê sentido ao estudo de outras matérias, como Física, Matemática, Geografia. E para dar novo sentido à existência de cada ser humano”, projeta. Segundo o biólogo, aprofundar a educação ambiental equivale a ampliar a capacidade de entendimento das relações: “O que estamos vivendo, com uma enchente, é o que devemos tratar em educação ambiental para refletirmos como podemos evitar que isso aconteça no futuro”.

Conforme Paulo Brack, biólogo e professor do Instituto de Biociências da Ufrgs, a educação ambiental deve tocar em temas profundos, mas precisa ser retomada e qualificada. “A partir

Amigos do verde

Criada há quatro décadas, a Escola Amigos do Verde é um exemplo de projeto educacional ambiental em Porto Alegre. Instalada em uma área de 3,5 mil hectares no bairro São João, a escola atende educação infantil e ensino fundamental até o 5º ano. De acordo com a diretora Luna

Carneiro Behrends, a educação ambiental “é muito mais do que uma disciplina específica”. “Aqui, ensinamos as crianças a terem a compreensão de que são parte da natureza.”

A disciplina de Agroecologia não está apenas no currículo. Integra o cotidiano dos alunos, que dispõem de um pátio arborizado como extensão da sala de aula, além de três hortas e compostagem para vivenciarem atividades ambientais práticas. Outro diferencial é uma alimentação naturalista com base em uma nutrição adequada, educação para hábitos alimentares e a realização de atividades práticas saudáveis, através das aulas de culinária.

“A infância hoje está muito focada nas telas, e na escola, estimulamos as crianças a brincar e realizar atividades no pátio”, relata Luna. O projeto pedagógico prioriza o protagonismo dos alunos com programas que abrangem desde a educação infantil. A Amigos do Verde é reconhecida pelo MEC como Escola Inovadora e Criativa na Educação Básica.



Foto: Igor Sperotto

A enchente deve ser estudada para que nunca mais volte a acontecer, afirma Milanez

de 2017, houve um desmonte da educação ambiental na rede pública municipal de Porto Alegre, quando foram retiradas as horas que os professores tinham para desenvolver projetos e programas de EA”, exemplifica.

A introdução de uma disciplina específica de educação ambiental

no currículo escolar, descartada em discussões anteriores à Lei de 1999, deveria ser revista, defende. “Seria importante retomá-la para servir de espaço também para trabalhar questões que foram descartadas nos currículos de outras disciplinas, como Geografia e Filosofia”, aponta.



Foto: Igor Sperotto

A educação ambiental foi desarticulada na rede pública da capital a partir de 2017



Foto: Igor Sperotto

A enchente no RS evidencia a emergência de uma conscientização sobre o aquecimento global

Foto: Igor Sperotto



Brack: “A partir de 2017, houve um desmonte da educação ambiental na rede pública municipal de Porto Alegre”

Diretrizes para os sistemas de ensino

Para o presidente do Conselho Estadual de Educação (CEEEd/RS), Antônio Maria Melgarejo Saldanha, a tragédia climática de maior cria um excelente ambiente para o incremento da educação ambiental nas escolas. “Uma coisa é falar de crise climática, efeito estufa e outros assuntos que pareciam distantes, mas agora temos a realidade para apresentar e estudar”, expõe.

O CEEEd/RS aprovou em 2021 a Resolução 363, a qual orienta as escolas a incluírem questões de educação ambiental em seus cur-

riculos, estabelecendo diretrizes sobre o estudo da educação ambiental para o sistema estadual de ensino. “Vamos intensificar o acompanhamento dessas diretrizes para sabermos como as escolas estão lidando com essa matéria. A educação ambiental é lei e deve ser desenvolvida nos currículos escolares de forma transversal”, alerta Melgarejo. “Há outra questão preocupante, além das mudanças climáticas, que é a flexibilização das leis ambientais no país”, lembra.

Foto: Igor Sperotto



Estação de reciclagem de materiais da escola Amigos do Verde

Educação ambiental e emancipação



Foto: Aevno Passoi

“As mudanças climáticas não podem ser ignoradas pelo currículo formal das escolas e nem pelas políticas públicas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é extremamente neoliberal e assume a neutralidade em relação aos conhecimentos científicos”, ressalta o professor de Ciências da rede municipal de Uruguaiana, Ronan Moura Franco. Em 2022, ele foi demitido do Colégio Marista Sant’Ana, de Uruguaiana, por criticar o desperdício de água pelo agronegócio em uma postagem de rede social.

Ronan avalia que, ao desenvolverem um trabalho contextualizado às mudanças climáticas, os professores conseguem atribuir um sentido para a prática educativa,

através de processos formativos críticos. “Para isso, é necessário que a prática educativa desvele as reais influências sobre as causas e agentes dos processos de degradação ambiental e humana, que são, em sua maioria, relacionados a processos produtivos de grandes indústrias, agronegócio, mineração, entre outras”, avalia Ronan.

Para reposicionar o papel do professor em uma ação de educação ambiental, avalia, é necessário que se vincule a ação humana como responsável pelo agravamento dos fenômenos naturais e que o modo de vida predatório que o atual sistema econômico pressupõe a exploração dos recursos e das vidas humanas seja repensado.

“Importante destacar que o in-

teresse na manutenção do equilíbrio ambiental deveria vir dos próprios interessados nos períodos de chuva, cheia, estiagem e na demarcação correta das estações para a produção agrária, por exemplo”, aponta o professor.

Ele menciona que a realidade atual de generalização da degradação ambiental por grupos produtivos tem consequências que atingem a todos. “Isso precisa ser problematizado e ensinado. Os estudantes e professores necessitam ter essa emancipação de pensamento para transcender os conceitos isolados e sem relação com as reais contradições que a atualidade interpela aos professores, enquanto sujeitos produtores de conhecimento”, ensina.

“As mudanças climáticas não podem ser ignoradas pelas escolas e políticas públicas como a BNCC”, alerta Ronan



Acolhimento, sigilo e atitude.

Assim a gente lida com a violência contra os professores.

O NAP é uma equipe multidisciplinar formada por diretores do Sinpro/RS, advogados e psicólogo, com o objetivo de amparar os professores vítimas de constrangimento e violência no ambiente educacional. Se você está passando por isso, não prolongue seu sofrimento pensando que esta situação só acontece com você. As circunstâncias de violência são mais frequentes do que você imagina. Procure imediatamente o Sinpro/RS e acione o NAP.





É preciso salvar o Parlamento brasileiro

O Parlamento tem produzido cada vez menos estudos e soluções, entregas substituídas pela performance de gritos e ameaças e por uma insensibilidade social que tem traços de psicopatia

Cena um: A Câmara Municipal de São Paulo aprovou, em primeiro turno, o projeto de Lei 445/2023, de autoria de um vereador bolsonarista chamado Rubinho Nunes (União Brasil). Pelo texto, quem doar alimentos a pessoas em situação de rua poderá ser multado em R\$ 17.680 (500 UFESP). Para que não haja a multa, será preciso providenciar tendas, mesas, cadeiras, talheres, guardanapos, além de atender a uma série de exigências burocráticas. Se a doação for de Organização Não Governamental (ONG), se deverá comprovar que a razão social da entidade é reconhecida pelos órgãos competentes; ter o registro atualizado do quadro administrativo, com nomes, cargos e suas identidades; realizar o cadastro dos beneficiados pela doação na Prefeitura com informações atualizadas; identificar os voluntários com crachá e autenticar em cartório toda a documentação. As doações deverão ser agendadas nas Secretarias e os locais designados deverão ser inspecionados previamente.

Na cidade de São Paulo, há 52 mil pessoas vivendo na rua (25% da população em situação de rua do Brasil). Elas são mantidas vivas por conta da ação de ONGs e de uma intensa atividade pastoral, como aquela liderada pelo padre Júlio Lancellotti. O referido projeto, caso se transforme em lei, tornará a solidariedade ainda mais difícil e inibirá iniciativas dos cidadãos que se reúnem de maneira informal para alimentar pessoas fragilizadas. Votaram a favor dessa maldade 41 vereadores. 41 pessoas eleitas pelo povo em favor de um "Projeto da Fome". Apenas as bancadas do PSOL e do PT se opuseram.

Cena dois: O Senado debate Projeto de Emenda à Constituição (PEC 03/2022), já aprovado pela Câmara dos Deputados, que pretende transferir da União para Estados, Municípios e particulares os chamados "terrenos de Marinha" das costas brasileiras (33 metros desde a maré mais alta), além das áreas de lagos e rios que sofram influência das marés, permitindo a entrega de mão beijada de imenso patrimônio público (48 mil quilômetros em linha reta), ainda sequer totalmente demarcado e que envolve restingas, mangues e dunas, áreas de salvaguarda para as mudanças climáticas e que precisam ser protegidas. Se a especulação imobiliária, os cassinos e o setor hoteleiro de luxo tivessem redigido o projeto, teriam tido mais pudor. O relator da PEC no Senado, senador Flávio Bolsonaro (PL), possui certa trajetória no mercado imobiliário, digamos assim, já tendo demonstrado destreza na compra de mansões e apartamentos com dinheiro vivo.

Cena três: A Câmara dos Deputados aprovou regime de urgência para a votação do PL 1.904/2024 (o chamado "Projeto do Estupro"), de autoria de Sóstenes Cavalcanti (PL/RJ), pastor muito próximo a Silas Malafaia, que equipara o aborto em casos de estupro a homicídio se realizado após 22 semanas de gestação. A proposta acarretará penas de seis a 20 anos de prisão às mulheres vitimadas e possui 56 outros parlamentares como coautores, todos da extrema direita. No Brasil, 61,4% das mulheres estupradas têm menos de 13 anos. Entre os estupradores, 64,4% são familiares e 86,1% são conhecidos. Ao contrário do que chegou a afirmar o deputado Cavalcanti, o PL não diz respeito apenas às mulheres maiores de idade, o que já seria escandaloso, mas terá correspondência no ato

Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil



A cidade de São Paulo concentra 25% da população de rua do país, com 52 mil pessoas que são mantidas vivas por conta da ação de ONGs e da pastoral

infracional, que é definido como crime praticado por adolescentes. Se interromper a gravidez em caso de estupro pode ser crime, então será também ato infracional a ser considerado tão grave como o homicídio, o que significa prender meninas entre 12 e 18 anos, que foram violadas, em instituições do antigo sistema Febem por todo o país.

O Parlamento é a Instituição por excelência da democracia, porque ali estão representadas (ou deveriam estar) as mais significativas posições políticas e ideológicas, diversidade que obriga ao debate e à construção de soluções ponderadas.

As três cenas aqui referidas, as quais se poderiam agregar centenas de outras, dão conta de um processo de aviltamento do Parlamento que não começou agora, mas que parece ter alcançado um patamar de miséria cultural e sordidez jamais visto.

A rigor, não há mais "debate", porque esse é o instituto da escuta, do respeito e dos argumentos. A grande maioria dos nossos parlamentares não fala para seus pares, mas para suas redes.

Em vez do argumento, a laceração; em vez das evidências, a referência a deus, à família e à pátria; em vez da pesquisa e da humildade diante da complexidade, as certezas da bancada da 5ª série.

O Parlamento tem produzido cada vez menos estudos e soluções, entregas substituídas pela performance de gritos e ameaças e por uma insensibilidade social que tem traços de psicopatia.

É preciso salvar o Parlamento brasileiro do grupo de desqualificados que foi mandado por engano do WhatsApp para lá. É preciso renovar a Instituição profundamente. O Brasil já teve muitos parlamentares respeitáveis, à direita e à esquerda; lideranças que foram referências em debates que demandavam conhecimentos técnicos e com quem sempre se poderia aprender algo, mesmo na divergência.

A cada eleição, esse tipo de parlamentar foi se tornando mais escasso, o que foi transformando o espaço legislativo em um deserto ético. Os partidos, bem o sabemos, não tomarão iniciativa para lançar candidatos mais sérios e preparados, porque a regra eleitoral é outra e ela demanda "influencers", não inteligência nem decência. Então, só os eleitores podem assegurar a renovação.

A propósito, nas eleições que se avizinham, qual a importância que você dará ao meio ambiente? Será possível que, após vivermos uma das maiores tragédias por fenômeno climático do mundo, ainda se vá votar em negacionistas do clima? Em gente animada com a privatização das praias? Que deseja flexibilizar as leis ambientais para seguir "passando a boiada" e nos aproximando do fim do mundo?



Foto: Freepik

Cada vez mais incorporado ao cotidiano de pais, professores e profissionais da saúde, o tema do déficit de atenção preocupa. O número de diagnósticos, principalmente em crianças, se multiplicou nos últimos anos, bem como houve um aumento do uso de medicação específica para o TDAH. Pesquisas e a opinião de especialistas alertam para o excesso de notificações e apontam novos caminhos para o tratamento, em uma proposta não apenas farmacológica.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), o TDAH é um transtorno do neurodesenvolvimento que pode afetar o funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional de um indivíduo.

De forma geral, quando há uma suspeita para o transtorno, os pacientes seguem os passos de uma investigação médica regular: vão a uma consulta médica, têm seu diagnóstico fechado ou invalidado e, se positivo, ocorre a prescrição de uso de medicamento pelo profissional responsável. Contudo, fechar um diagnóstico para TDAH não é algo simples.

Medicalização e controle

O Brasil registrou um crescimento, entre 2003 e 2014, de 775% no consumo da principal medicação para TDAH, o cloridrato de metilfenidato, um medicamento que age estimulando o sistema nervoso central, a conhecida Ritalina, segundo dados levantados por pesquisa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Detalhe: não há dados recentes, uma vez que a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a RDC nº 568, de 2021, suspendeu a obrigatoriedade de farmácias e drogarias informarem ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) os dados de venda de medicamentos sujeitos ao controle especial.

TDAH: desafio para além da Ritalina

por Edimar Blazina

Dificuldade para focar a atenção, ações hiperativas e impulsividade que interfere de forma negativa no desenvolvimento. Essas são as principais características de um transtorno que afeta, só no Brasil, mais de 2 milhões de pessoas, de acordo com a Associação Brasileira de Déficit de Atenção (ABDA): o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). De diagnóstico complexo, o déficit de atenção em crianças no Brasil vem sendo enfrentado à base de medicamentos. Em uma década, o consumo de Ritalina cresceu 775%

Déficit ou distração

Como não há exames para a identificação de transtornos neurológicos, o diagnóstico se dá de modo clínico, podendo contar com escalas e testes específicos.

Especialistas defendem uma avaliação criteriosa quando se detecta o déficit de atenção. "Compreender os sintomas do TDAH e suas variações ao longo das diferentes faixas etárias é fundamental para um diagnóstico preciso e menos estigmatizado", explica a neurologista e neuropediatra formada pela Universidade de São Paulo, Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, Alicia Coraspe.

Para a médica, que atende tanto adultos quanto crianças, determinar um diagnóstico de TDAH na infância exige um olhar apurado para diferenciar o que são comportamentos próprios da idade daqueles que indicariam o Transtorno.

"Na neurologia infantil, vejo alguns pais supervalorizando comportamentos dos filhos já como hiperativos, que, quando avaliados por profissionais treinados, vemos tratar-se apenas um período de desenvolvimento normal da criança", explica.

Uma avaliação apressada aliada a outros fatores leva a uma crescente busca por diagnóstico

de TDAH, de acordo com Alicia. "Isso ocorre pelo estilo de vida que levamos, a cultura ao excesso de trabalho, vida sedentária, alimentação ruim e a busca incansável pelo perfeccionismo", esclarece. "Acredito que existe, de fato, um excesso de diagnóstico de TDAH no nosso país atualmente", afirma.

A banalização do diagnóstico de TDAH é discutida no Brasil e no mundo, conforme a psicóloga e doutora em Psicologia pela USP Ribeirão Preto Anaísa Leal Barbosa Abrahão. "Pesquisadores da área indicaram o TDAH como a condição neuropsiquiátrica mais

comum na infância, o que revela a importância do debate ético em torno do tema", garante.

Anaísa, que também é docente na Faculdade de Ciências, Humanas e Sociais da Unesp em Franca, indica que algumas explicações envolvem questões como incertezas em relação às causas do TDAH, limites clínicos atuais para diagnóstico considerados arbitrários, informações veiculadas sem embasamento científico e ausência de avaliação interdisciplinar e baseada em dados científicos, os quais podem influenciar a realização de diagnósticos equivocados.

Falsos positivos

Uma pesquisa da USP, realizada por Anaísa, entre 2017 e 2021, buscou verificar os recursos e as dificuldades de estudantes com TDAH. O levantamento contou com a participação de 43 crianças que possuíam laudos médicos para o transtorno, e que, juntamente com seus responsáveis legais e professoras, passaram pela aplicação de diferentes instrumentos.

Como resultado, na escala específica para o TDAH, como indicado pelos manuais diagnósticos, somente três das crianças avaliadas preencheram os critérios para o Transtorno. "Elas apresentaram índices altos de problemas de comportamento que podem influenciar, entre outros fatores, os diagnósticos falsos positivos", justifica.

Além dos falsos positivos, a psicóloga identificou que 37 crianças faziam uso de metilfenidato como tratamento único para o TDAH. "Os

dados mostraram essa tendência e relação entre diagnósticos e prescrição medicamentosa", registra Anaísa. Ela aponta, ainda, que são percebidos melhores resultados em abordagens mais abrangentes, em comparação ao tratamento somente baseado em medicação.

"Intervenções que envolvam família, professores, pares e a pessoa com TDAH é o mais recomendado, por abordar diferentes contextos, promovendo ambientes reforçadores a comportamentos habilidosos, rotina estruturada e interações sociais positivas", conclui.

É o caso de Pedro Carpes, 20 anos. O jovem recebeu indicação do uso de Ritalina quando procurou o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), em Guaíba, queixando-se, entre outros pontos, de comportamentos e traços que o atrapalhavam de alguma forma.

O paciente fez uso do medica-

mento por um tempo, mas, não satisfeito apenas com a suspeita de um diagnóstico, parou a medicação e buscou mais informações com uma psicóloga e psiquiatra, agora, particulares. Desta vez, o cenário do tratamento se ampliou.

"A médica receitou Ritalina de novo, porque mencionei que me ajudou das outras vezes. Falou também sobre hábitos, principalmente sobre o sono", relata. Pedro diz que, atualmente, tem trabalhado com a psicóloga métodos que o ajudem a criar uma rotina. "Ela tenta muito me ajudar a incorporar uma rotina, dormir direito, fazer as coisas em um horário certo", detalha.

"O caminho para o correto tratamento do TDAH é composto por tratamento medicamentoso e o que eu chamo de uma base bem-feita: sono, esporte, alimentação e psicoterapia. Algumas vezes, o tratamento medicamentoso não é mais

necessário, mas a base sempre vai permanecer", pontua Alicia. Ela ressalta ainda a importância de uma avaliação médica especializada, pois o tratamento com medicamento adequado, se necessário, é feito por esses profissionais. "Vejo pacientes que são guiados por posts de Instagram e médicos sem residência especializada na área, que recebem diagnóstico de TDAH e, após uma correta avaliação, não se confirmam", conclui.

"Hoje, o tratamento medicamentoso é considerado como de primeira linha para o TDAH, o que pode influenciar essa direcionalidade e tendência mundial", assegura Anaísa. Ela destaca também que, no Brasil, o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do TDAH orientam o desenvolvimento de intervenções psicossociais, comportamentais e de habilidades sociais junto a crianças, adolescentes e adultos com TDAH.

Para quem é da capital

Para quem é do interior



25 apartamentos em Porto Alegre com preços mais baixos para associados do Sinpro/RS e descontos especiais para mensalistas. Quem é do interior aproveita o que tem de melhor na capital e fica muito bem acomodado. Quem é de Porto Alegre não passa aperto em casa porque sempre tem onde ficar. Seus parentes e amigos também são bem-vindos.

RESERVAS
casadoprofessor.sinpro.rs.org.br

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

CASA do PROFESSOR
Hotel

Retrocesso nas políticas para a saúde mental amplia sofrimento dos mais vulneráveis

por Elstor Hanzen

As demandas por assistência em saúde mental quadruplicaram nos últimos 10 anos no Rio Grande do Sul, levando ao limite o adoecimento psíquico da população em situação de vulnerabilidade – assim como na pandemia, a parcela da população que mais sofre os impactos dos desastres climáticos está nas periferias. A crise escancara a falta de investimentos e o desmonte das políticas públicas que deveriam acolher e amparar quem perdeu familiares, bens materiais e sofre com o isolamento, a depressão e a perda de capacidades devido ao trauma da enchente



Foto: Igor Sperotto

A auxiliar de limpeza desempregada Joice Dezengri-
ni saiu às pressas com as crianças na madrugada de 3 de maio. A casa onde morava, no bairro Santo Afonso, em Novo Hamburgo, foi tomada pela enchente. Com os filhos, um menino de cinco anos e uma menina de três, ela ainda vive em um abrigo. Sobrevivem com um auxílio social de R\$ 475,00 e doações. O bom senso, contudo, nem sempre prevalece. “O dono da casa está ligando para cobrar o aluguel de maio. Não temos para onde ir”, desabafa.

Ari Rosa da Silva, 70, e a esposa também vivem no abrigo desde o início da enchente. Ele conta que retomou ao local quando a água baixou, no começo de junho, para auxiliar na limpeza, mas ainda não pôde voltar em definitivo para a casa. “A gente já tinha pouco. Agora está sem nada”, resume o aposentado que recebe um salário mínimo. “Desmoronou nosso mundo.”

O prejuízo e as perdas materiais estão expostos. Ao mesmo tempo, o reflexo psicológico da catástrofe climática vem à tona. Joice e Ari integram um grupo de 200 pessoas (no universo que chegou a 3,8 mil no abrigo da Fenac) que já receberam assistência dos profissionais da saúde mental de Novo Hamburgo, nos

primeiros 50 dias de transtornos.

O psicopedagogo e coordenador do serviço no município, Germano Bota, ressalta que o atendimento psicossocial cresceu cerca de 40%, se comparado aos 50 dias anteriores. “Muitos chegaram desorientados e em choque. Depois, imaginaram que era só esperar baixar a água e voltar. Quando viram a realidade de perto, foi outro baque”, relata, acrescentando que cerca de 25% dos novos pacientes devem seguir o tratamento terapêutico e psiquiátrico por um período maior.

“Esse estresse não termina com a água baixando. Costuma ser mais grave em pessoas em situação vulnerável – financeira, social ou familiar. São perdas que geram luto, não só por vidas, mas também por histórias e coisas que morreram. E aí vem a fase pós-traumática”, pontua o professor de Neuropsiquiatria da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Vitor Calegari.

“Estudos internacionais mostram um aumento significativo de transtornos mentais nas pessoas diretamente atingidas por enchentes”, destaca a presidente da Associação de Psiquiatria do RS, Ana Cristina Tietzmann, referindo-se a uma pesquisa realizada na Inglaterra sobre o impacto das enchentes na saúde mental.

Misto de pandemia e tragédia da boate Kiss

“O desastre climático trouxe uma sensação que pode ser comparada a um misto do que se vi-

venciou na pandemia com o sentimento provocado pela tragédia da boate Kiss. Silêncio nas ruas.

Foto: Acervo Pessoal



“São perdas que geram luto, não só por vidas, mas também por histórias e coisas que morreram”, define Calegari, da UFSM

Só se ouvia o som de sirenes”, relata Calegato. Ele que participou do socorro às vítimas do incêndio – que provocou a morte de 242 jovens e deixou 636 feridos, na madrugada de 27 de janeiro de 2013, em Santa Maria.

Ele lembra que eventos como esses, assim como guerras, provocam transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) em parte das vítimas expostas à realidade, quando o problema é revivido por meio de imagens, sons, cheiros e desencadeia memórias indesejadas.

Para o especialista em neuropsiquiatria, a marca de tais acontecimentos coletivos fica nas pessoas e na comunidade, como uma cicatriz. “Isso é normal. O problema é que, em algumas pessoas traumatizadas, não se for-

ma a cicatriz, permanece a ferida aberta. Cria-se só uma casquinha e, se não tiver um diagnóstico e tratamento corretos, não vai cicatrizar”, ressalta o professor Calegato.

As consequências da falta de tratamento adequado são distanciamento afetivo, sentimentos negativos em detrimento dos positivos, dificuldades nos relacionamentos, por exemplo. “Sim, é um trauma forte o suficiente para desencadear quadros psiquiátricos até em quem não tinha previamente. Quem já tinha algum tipo de sofrimento mental e pessoas em situação de vulnerabilidade são mais propensas”, alerta a médica e doutora em Psiquiatria do comportamento Tamires Bastos.

Essa dor não sangra

“A saúde mental da população ainda é negligenciada, como se o sofrimento fosse inferior ao dos outros. Ao contrário. Essa dor não sangra, mas causa muitas consequências, como isolamentos, depressão, perdas de emprego por incapacidades”, analisa a coordenadora da Comissão Nacional de Enfermagem em Saúde Mental (Conasem/Cofen), Dorisdaia Humerez.

O Censo de 2022 mostrou que há 31.141 psicólogos no RS, 45% trabalham no setor público e 77% no setor privado. “A maioria das profissionais de psicologia tem mais de um emprego”, ressalta, em nota, o Conselho Regional de Psicologia. Conforme a Secretaria de Saúde do RS, dos 497 municípios, 373

(75%) têm menos de 15 mil habitantes e, portanto, não possuem critério populacional para habilitação de Caps. “Esses especialistas ficam concentrados nos grandes centros. Esse é um problema crônico desde a época em que fiz residência, há 12 anos”, diagnostica Calegato.



Saúde mental da população é negligenciada, afirma Dorisdaia, do Conasem



Foto: Igor Spenotto

Demanda cresceu 400% em 10 anos

A Rede de Atenção Psicossocial (Raps), instituída em 2011, a qual engloba os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e outros pontos de atenção à saúde mental, quadruplicou os atendimentos nos últimos 10 anos no Rio Grande do Sul.

No primeiro quadrimestre de

2014, foram 124.894. Em comparação com o mesmo período de 2024, o número saltou para 507.140 casos, conforme o Datasus.

Os investimentos na área estão longe de acompanhar esse ritmo. Em 2012, o estado contava com 167 Caps e hoje tem 218 desses serviços, um crescimento que não acompanhou a realidade da saúde pública. O orçamento para toda a saúde do RS aumentou apenas R\$ 1,6 milhão de 2016 para 2020, ante uma inflação de 23,76% no período.

“Porto Alegre tem duas emergências de saúde mental, nenhuma com psicólogo”, aponta Maria Alzira

Desmonte da política de saúde mental

Especialistas apontam um retrocesso nas políticas para saúde mental. De 1990 até 2015, houve uma política de estado que ampliou uma grande variedade de serviços na área. Nos últimos oito anos, no entanto, aconteceu um congelamento

dessas políticas. Nesse período, os Caps, um braço da Rede de Atenção Psicossocial, perderam espaço para comunidades terapêuticas.

Crises como desastres climáticos e pandemia acabam deixando o problema mais evidente. Em Porto

Alegre, está em curso um desmonte do sistema público de saúde mental, denuncia a psicóloga e servidora pública aposentada Maria Alzira Grassi, que trabalhou por 28 anos na rede de saúde da capital.

“Porto Alegre tem duas emer-

gências de saúde mental, nenhuma com psicólogo. É inadmissível um município como Porto Alegre, que tem 1,5 milhão de habitantes, não ter uma equipe multiprofissional em meio a uma crise dessas”, enfatiza a psicóloga.

DADOS:

Segundo o Datasus, a capital gaúcha tinha 37 psicólogos e psiquiatras na rede psicossocial em abril de 2015. Em abril de 2024, havia 54. No estado, no mesmo período, existiam 594 em 2015 e 726 em 2024. Já Novo Hamburgo aumentou a equipe de psicólogos da Rede de Atenção Psicossocial, de 24 profissionais em 2015 para 34 neste ano.

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
RS:	594	624	627	615	653	684	672	669	714	726
POA:	37	33	34	36	50	58	56	56	55	54



O Guia Alimentar para a População Brasileira desempenha um papel crucial na promoção de dietas saudáveis e sustentáveis e rompe com ideias antigas de nutrição sociais e culturais

Comer é um ato político: descasque mais, desembale menos

por Elstor Hanzen

Pouco conhecido por consumidores e muito combatido pela indústria, o Guia Alimentar para a População Brasileira resiste como referência para políticas de alimentação e saúde ao promover a dieta saudável e sustentável. Depois de romper com ideias antigas de nutrição, a publicação atualizada pelo Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo recomenda mais atenção aos aspectos sociais, culturais e políticos das práticas alimentares e alerta sobre o mal dos produtos ultraprocessados à saúde

As embalagens coloridas e atraentes nas gôndolas costumam ofuscar o essencial do produto: os ingredientes e o modelo de produção. Essa lógica da indústria dos ultraprocessados do século 21, por sua vez, não é nova. Ela apenas foi aperfeiçoada a partir de uma sentença do alemão Otto von Bismarck no século 19: “Os cidadãos não poderiam dormir tranquilos se soubessem como são feitas as salsichas e as leis”.

Ignorar os perigos dos ultraprocessados – como salsicha, bebidas lácteas, salgadinhos, bolachas recheadas, barras de “cereal”, refrigerantes, panificados embalados – e a importância das políticas públicas, no entanto, pode cobrar um preço alto para a saúde e o bolso de cada um.



Foto: Abrasco/Reprodução

Guia mostra como lidar com barreiras à alimentação saudável, resume Inês Rugani, pesquisadora da Uerj

Comer é um ato político

Uma série de implicações econômicas, sociais e políticas está ligada à cadeia alimentar. Conforme os especialistas, por isso, a produção e o consumo precisam de política pública e regulação, uma vez que causam diversos impactos na vida e na sociedade.

Ao mesmo tempo, com os ultraprocessados superdisponíveis e com preço acessível, alimenta-se de forma saudável, muitas vezes, exige consciência e dedicação. “A gente precisa olhar para o processamento do alimento para fazer escolhas alimentares mais saudáveis com base em evidências. A escolha pode ser uma prática individual, mas gera um impacto coletivo”, destaca Laís Amaral, coordenadora do programa de

Especialistas afirmam que doenças crônicas não transmissíveis – como obesidade, pressão alta, diabetes – têm relação direta com o consumo desses produtos. Além disso, comidas saudáveis (orgânicos e *in natura*) cada vez mais caras e os ultraprocessados mais baratos são consequências da falta de regulação do mercado.

Instrumento de relevância nacional e internacional para políticas de alimentação e saúde, o Guia Alimentar para a População Brasileira desempenha um papel crucial na promoção de dietas saudáveis e sustentáveis. A edição revisada comemora uma década neste ano.

A versão de 2014 rompe com ideias antigas de nutrição, dando maior atenção a aspectos sociais e culturais das práticas alimentares e um alerta sobre o mal dos ultraprocessados à saúde. “Descasque mais, desembale menos” é uma das orientações do Guia na sua versão atualizada em 2024.

O documento foi produzido pelo Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens/USP) para o Ministério da Saúde, sendo a primeira edição lançada em 2006.

Na edição atual, o Guia joga luz sobre o nível de processamento dos produtos, dando maior transparência para a composição e o modelo de produção dos alimentos. Por

isso, ganha destaque a orientação a respeito das circunstâncias que envolvem o ato de comer (como, onde e com quem comer), para além “do que comer”.

Também traz mensagens fáceis de compreender e baseadas em alimentos, não em nutrientes. Entre os pontos práticos, estão orientações de combinação de alimentos, dez passos para uma alimentação adequada e obstáculos que atrapalham o consumo de produtos saudáveis.

“O Guia é didático em explicar essa lógica de pensar os alimentos segundo o nível de processamento e seu propósito. Além disso, mostra como lidar com barreiras à alimentação saudável – a questão da informação, do custo, das habilidades culinárias. Um Guia que conversa não só o que precisa ser feito, mas como que a gente precisa fazer”, relata a pesquisadora do Instituto de Nutrição da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) Inês Rugani.

A coordenadora de pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde da Ufrgs, Raquel Canuto, ressalta que o Brasil avança no aspecto político quando aprova a nova rotulagem nutricional, que traz um selo frontal com a lupa “Alto em” (açúcar adicionado, sódio, gordura saturada) e debate a necessidade de os produtos preju-



Foto: Aetno/Passoal

Raquel Canuto, da Ufrgs, alerta que o marketing da indústria é voltado para crianças e consumidores com menor poder aquisitivo

diciais à saúde pagarem mais imposto para fazer frente aos custos acarretados ao sistema de saúde.

De acordo com a professora da Ufrgs, historicamente, a indústria usa a estratégia de fazer publicidade voltada às crianças e à redução de preço, visando renovar o público e aumentar a fatia de mercado na periferia. “Claro, esse barateamento vem com uma qualidade cada vez pior, mas com um foco bastante certo.” Diferentemente de outros países, no Brasil ainda há um consumo maior de ultraprocessados nas camadas com maior poder aquisitivo. “Hoje, a gente vê que o consumo desses produtos está aumentando principalmente entre as pessoas mais pobres”, alerta.

uso da terra, a forma como as pessoas são remuneradas, a matriz econômica em que se acredita, se

é ou não um sistema econômico viável”, explica a professora da Ufrgs.



Foto: Idec/Divulgação

Comer é um ato político, porque escolher o que comer implica em promover diferentes cadeias, diferentes sistemas alimentares, explica Laís Amaral, do Idec

Gato por lebre para veganos

A indústria dos processados não dá ponto sem nó e já tratou de abocanhar a parcela da sociedade que opta por não comer carne, os vegetarianos e os veganos. As mesmas empresas que vendem empanado de frango, kibe congelado, carnes, entre outros produtos de origem animal, lançaram no mercado produtos "plant-based". A tradução do nome significa à base de plantas, porém está longe de ser comida de verdade com alimentos *in natura*, alerta o Idec.

Pelo contrário, muitos produtos desses disponíveis no supermercado são formulações ultraprocessadas.

A composição de um dos empanados de legumes *plant-based* evidencia essa realidade. "Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, cenoura, água, couve-flor, brócolis, milho, óleo de algodão, óleo de soja, amido de mandioca, sal, amido de milho, batata, amido modificado de mandioca, cebola, farinha de mi-

lho enriquecida com ferro e ácido fólico, glúten de trigo, dextrose, alho, pimenta vermelha, pimenta branca, estabilizante: metilcelulose, aromatizantes: aromas naturais e aroma idêntico ao natural, realçador de sabor: glutamato monossódico".

De acordo com o Idec, "o rótulo mostra que, além de aditivos usados para deixar os ultraprocessados mais atrativos, como aromatizantes, corantes e estabilizantes, esses produtos dependem

das monoculturas de soja, milho e trigo, tal como os demais ultraprocessados de origem animal".

Em junho, os pesquisadores do Nupens/USP participaram de uma avaliação internacional sobre nível de processamento industrial de alimentos (vegetal versus animal) e risco de doenças cardiovasculares. Segundo a conclusão do estudo, os produtos à base de plantas ultraprocessados estão associados a um risco maior para doenças do coração.

Na nova classificação, o Guia Alimentar organiza os alimentos em quatro categorias:

– *In natura* é aquele ao qual há acesso da maneira como ele vem da natureza. O termo inclui partes comestíveis de plantas (como sementes, frutas, folhas, raízes) ou de animais (ovos, leite).

– Quando baseamos a alimentação em opções *in natura* ou minimamente processadas, é frequente a necessidade de cozinhar e temperar os alimentos (azeite obtido de azeitonas, da manteiga obtida do leite e do açúcar obtido da cana ou da beterraba).

– É composta por itens do primeiro grupo (*in natura* e minimamente processados) e conta com a adição de uma ou mais substâncias do segundo grupo, como sal, açúcar ou gordura (conserva de legumes ou de pescado, frutas em calda e queijos e pães do tipo artesanal).

– Alimentos ultraprocessados — que podem ser comidas e bebidas — não são propriamente alimentos, mas, sim, formulações de substâncias obtidas por meio do fracionamento de alimentos do primeiro grupo (refrigerantes, bebidas lácteas, néctar de frutas, misturas em pó para preparação de bebidas com sabor de frutas, salgadinhos de pacote, doces e chocolates, barras de "cereal", sorvetes, pães e outros panificados embalados, margarinas).

Foto: Freepik



Pode comparar! Até os nossos preços são melhores.

Planos de saúde e odontológico disponíveis para sócios e dependentes. Faça uma simulação de valores e saiba mais em:
sinprors.org.br/saude | 051-4009.2930 | convenios@sinprors.org.br

Unimed

CCG
Saúde

Notre-Dame
Intermédica

UNIODONTO

sinprosaúde

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

Assinadas Convenções Coletivas de Trabalho da educação básica e superior 2024-2025

Propostas foram aprovadas pelos professores em Assembleias dos dois segmentos, realizadas em junho. Documentos foram negociados pelo Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) com os sindicatos patronais (Sinepe/RS e Sindiman/RS), de março a junho



Foto: Valéria Ochôa - Ascom Sinpro/RS

Assembleia da educação básica, realizada no dia 15 de junho, aprovou a proposta para a CCT 2024-2025

por Valéria Ochôa

Os professores que atuam na educação básica e na educação superior aprovaram, em Assembleias, no dia 15 de junho as propostas para as respectivas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) 2024/2025, depois de um dos mais longos períodos de negociação com o sindicato patronal, o Sinepe/RS.

As negociações desses dois seg-

mentos foram marcadas por conjunturas diferentes. Enquanto na educação básica o cenário era positivo, com aumento no número de alunos, inflação baixa e reajuste das mensalidades acima da inflação, na educação superior, estava sinalizado pela redução no número de alunos e de escolas; proliferação indiscriminada da educação a distância; falta de política pública de finan-

ciamento estudantil, fechamento de cursos e presença cada vez mais ostensiva das empresas educacionais de perfil mercantilista.

As negociações com o Sindiman/RS também foram difíceis e mais longas, inclusive com interrupção total durante o mês de maio, em virtude das enchentes no estado. A proposta para a Convenção Coletiva dos professores que

atuam nas Instituições Comunitárias de Educação Superior (Ices), negociada com o Sindiman, foi aprovada pelos professores em Assembleia somente no dia 6 de julho. E, até o fechamento desta edição do *Extra Classe*, o Sinpro/RS e o Sindiman/RS ainda não haviam iniciado as tratativas para a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da educação básica.

Hora-atividade reconhecida

As negociações da educação básica com o Sinepe/RS, apesar de ocorrerem em conjuntura de expansão, exigiram dez reuniões, publicação de *Apedido* do Sinpro/RS em jornal de grande circulação e

mobilização em frente a escolas, denunciando uma tentativa de não repor a inflação (de 3,86%, medida pelo INPC de 1º de março de 2023 a 28 de fevereiro 2024) no valor hora-aula.

Ao final, como resultado, a CCT 2024-2025 da educação básica, assinada pelo Sinpro/RS e Sinepe/RS, traz alguns avanços importantes para a categoria, além da reposição da inflação, a partir do salário de junho; e o pagamento de um abono de 11,58% (correspondente à reposição da inflação retroativa aos meses de março, abril e maio, pago no salário de junho).

A principal conquista,

no entanto, foi a remuneração da hora-atividade, reivindicação histórica da categoria e que figurou em inúmeras campanhas ao longo dos últimos 28 anos, como o *Domingo de Greve*.

Trata-se do trabalho extraclasse desenvolvido pelos professores fora da carga horária contratada, ampliado pelo atendimento aos estudantes com deficiência, que exige a elaboração do plano educacional individualizado, em que consta a organização curricular desenvolvida especialmente para cada aluno com deficiência.

“A inclusão na CCT da hora-atividade de 2% sobre a remuneração dos professores, apesar de ainda insuficiente, representa uma grande conquista da categoria e indica o reconhecimento

e a remuneração desse trabalho fundamental”, avalia a professora Cecília Farias, dirigente do Sinpro/RS. “Um trabalho necessário, que exige planejamento de estratégias, condutas e avaliações diferenciados de acordo com a necessidade de cada estudante.”

Outra reivindicação atendida pelo sindicato patronal foi a restrição do uso do celular em sala de aula somente nas atividades pedagógicas orientadas pelos professores, que deverá ser estabelecido em protocolo para esse fim. “Este regimento deverá impedir que situações de conflito entre estudantes, professores, pais e direção atrapalhem a harmonia necessária na escola”, observa Cecília. “Além de garantir um maior envolvimento dos estudantes com o trabalho desenvolvido no



momento privilegiado de interação entre alunos e professores.”

Também foi incluída na CCT da educação básica a extensão dos

direitos dos casais heterossexuais aos casais homossexuais, já constante na Constituição Federal. “É a ratificação do direito. Uma iniciati-

va que assinala a preocupação do Sinpro/RS com a diversidade”, pontua o professor Erlon Schuller, diretor do Sindicato. “Temos ainda um

longo caminho a percorrer em relação ao reconhecimento dos direitos de todos professores e no combate aos preconceitos”, afirma Schuller.

Educação superior: manutenção dos direitos

Após oito reuniões e a interrupção das negociações em maio, em função das inundações, o saldo da negociação da comissão da educação superior Sinpro/RS e Sinepe/RS foi a reposição da inflação de 3,86%

a partir de junho, o pagamento de um abono de 11,58% em três parcelas de 3,86% nos salários de julho, agosto e setembro, e a manutenção dos demais direitos da CCT do ano passado. Para o professor Marcos

Fuhr, integrante da comissão de negociação da educação superior, o resultado mais importante da negociação foi a manutenção dos direitos históricos da categoria. Entre eles, estão a isonomia salarial des-

de o início do contrato e a estabilidade pré-aposentadoria.

As Convenções Coletivas de Trabalho assinadas estão disponíveis no aplicativo e site do Sinpro/RS (sinpro.org.br).

Convenções Extraordinárias da educação básica e infantil

Antecedendo a conclusão das negociações coletivas para a renovação das Convenções Coletivas anuais, o Sinpro/RS, o Sinepe/RS e o Sindeedin (sindicato patronal das escolas exclusivas de educação infantil) concluíram, em junho, negociações com vistas às Convenções Coletivas Extraor-

dinárias para os professores que atuam na educação infantil e educação básica.

Os documentos definiram cláusulas específicas desses níveis de ensino, em função do momento de calamidade pública provocada pelas inundações que atingiram o Rio Grande do Sul em maio.

Entre os destaques de cada uma das CCTs Extraordinárias, estão a possibilidade de um adiantamento ou antecipação salarial, bem como do 13º salário aos professores atingidos pelas enchentes, quando solicitado e mediante comprovação. Para a educação infantil, há ainda a

possibilidade de antecipação de férias, banco de horas para recuperação dos dias não trabalhados e licença remunerada.

As CCTs Extraordinárias foram aprovadas pelos docentes, em Assembleias específicas, e também estão disponíveis no aplicativo e site do Sinpro/RS (sinpro.org.br).

Educação infantil: negociações seguem sem consenso

Foto: Pixels



As negociações para a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos professores que atuam na educação infantil continuam sem uma proposta consensuada. O Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) e o Sindeedin/RS (Sindicato Patronal) iniciaram as negociações ainda em maio, mas foram logo interrompidas pela tragédia ambiental.

A professora Margot Andras, diretora do Sinpro/RS, destaca que, até o momento, foram garantidas a reposição salarial da infla-

ção do período (3,23%) e a manutenção das cláusulas já estabelecidas, evitando, assim, perdas aos professores. Está em discussão a antecipação do feriado do Dia do Professor.

“A negociação segue em curso. O trabalho do Sinpro/RS é de sempre garantir que não haja retrocesso no direito dos docentes”, pontua Margot.

A data-base desse nível de ensino é 1º de maio. A pauta de reivindicações dos professores foi aprovada em abril.

REVISTA

Perseguição a professores é tema da *Textual*

Já está em circulação desde julho a edição de número 34 da *Revista Textual*, editada e publicada pelo Sinpro/RS. No artigo-capa, o professor Nilton Mullet Pereira faz uma provocação: “Por que ensinar História, no Brasil, nos tempos atuais, tem sido uma atividade docente que tem implicado em controle, vigilância e até perseguições a professores e professoras?” Em seu texto, ele elenca algumas razões.

A desordem global, guerras, conflitos políticos e as mudanças nos eixos de poder no mundo foram objeto de análise dos pesqui-

sadores André Moreira Cunha, André Ferrari e Alessandro Donadio Miebach, do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para eles, há mais impasses do que soluções no horizonte.

O ex-governador Tarso Genro, em seu ensaio, faz também uma análise da conjuntura política contemporânea, só que pelo viés da sua influência sobre as eleições municipais de 2024 no Brasil.

O doutor em Administração Eugênio Jacobus discorre sobre a

crise do ensino superior brasileiro. A diretora do Sinpro/RS Margot Andras atualiza o debate sobre o próximo Plano Nacional de Educação a partir dos Conaes. E o professor universitário e advogado trabalhista Rômulo Escoto aborda a inclusão escolar na educação superior e os dissensos trabalhistas decorrentes da mesma.

A *Revista Textual* tem periodicidade semestral, pode ser acessada gratuitamente *on-line* tanto para leitura em formato *Flip*, quanto para ser baixada em PDF. Os exemplares físicos estão à



disposição dos interessados nas sedes do Sinpro/RS ou via formulário-resposta enviado para os associados via *newsletter* a cada edição, para recebimento pelo correio.

Fórum debateu perspectivas e papel das Instituições Comunitárias de Educação Superior no RS

A 15ª plenária do Fórum das Instituições Comunitárias de Educação Superior (Ices), realizada no dia 8 de junho, debateu com professores, funcionários técnico-administrativos e estudantes as perspectivas do segmento comunitário da educação superior após as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul. Resolução aprovada no encontro reivindicou uma profunda revisão da legislação ambiental por parte dos governos, fim das flexibilizações e do desmonte da estrutura de fiscalização, além da participação efetiva das Ices na superação da crise.

A plenária propôs, ainda, a destinação anual de 0,5% da receita de impostos do estado, como previsto na Constituição do RS, e a ampliação para 1% para bolsas de estudo nas Ices durante o período de suspensão do pagamento da dívida do estado à União nos próximos três anos.

Também, pediu à União a ampliação de políticas de acesso e permanência dos estudantes de graduação das Ices, priorizando os atingidos pelas inundações com a destinação de R\$ 1 mil por

estudante até o final deste ano e defende, junto ao poder público, a garantia de transporte e comunicação dos estudantes, de modo a evitar a evasão e a frustração dos projetos de formação profissional dos acadêmicos.

O painel de abertura teve a participação do presidente do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung) e reitor da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), Rafael Henn. Ele lembrou que professores, funcionários e estudantes das regiões dos Vales duramente atingidas por eventos climáticos em 2023 começaram a se mobilizar em várias frentes já no final de abril e início de maio passado, quando as chuvas passaram a se intensificar.

“Quando se olha para esse cenário de devastação do RS, a gente se dá conta que está na hora de buscar saídas coletivas para as crises que a gente vive”, ressaltou o dirigente da União Estadual dos Estudantes (UEE) Alejandro Guerrero.

O professor e consultor Günther Gehlen, da FlamingoEDU, apresentou uma análise sobre os



O diretor do Sinpro/RS Marcos Fuhr (à esquerda) coordenou a 15ª plenária do Fórum das Ices, que teve como painelistas Rafael Henn (no telão), Alejandro Guerrero e Günther Gehlen

efeitos da tragédia ambiental no mundo educacional e ponderou sobre a urgência de ações imediatas de amparo a quem foi diretamente afetado.

“As entidades representativas dos estudantes e dos profes-

res comprometeram-se com o acompanhamento das Ices em suas articulações junto ao poder público para o atendimento das reivindicações formuladas”, destacou Marcos Fuhr, coordenador do Fórum.

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers

Calamidade e o direito previdenciário

A enchente de maio nos leva a prestar atenção nos direitos possíveis e já previstos em Lei. Devemos ficar atentos a inúmeras situações necessárias de proteção. Uma delas pode se dar em virtude do inaccessão do trabalhador ao ambiente de trabalho.

Situação *sui generis* poderá dar ao segurado direito quanto à discussão que seja a incapacidade temporária para o trabalho, pois há muito se diz que não é a doença em si que tutela o direito, mas a incapacidade laboral. O inaccessão ao ambiente de trabalho deve ser pensado no caso concreto.

Para além dos benefícios extraordinários do governo federal, a Lei Previdenciária prevê que esse caso de acidente sofrido no ambiente de trabalho decorrente desta catástrofe é considerado como acidente de trabalho, garantindo benefício por incapacidade nesta modalidade acidentária.

Não serão poucos os trabalhadores e as empresas que perderam documentos destinados à prova do seu direito. Identidade, CTPS, contracheques, além de documentos expedidos por terceiros, como no caso de certidão de tempo de contribuição para averbar no INSS ou no Regime Próprio, podem ter sido levados pela enchente.

Na situação relativa à perda de certidão do tempo de contribuição para contagem recíproca, por se tratar de documento único, seu extravio impossibilitaria a averbação daquele período, dada a perda do documento original. Como não há expedição de segunda via dessa certidão, diante desta catástrofe nasce um motivo de força maior para garantir a expedição de novo documento para averbação de destino.

O extravio de CTPS ou outros documentos que provam o tempo do segurado também garante a prova pela via testemunhal, acaso essas anotações da CTPS não estejam no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Para o devido registro, impõe-se o trâmite processual junto ao INSS para a prova do tempo e inserção dos dados no CNIS.

Outra situação mais aguda desta catástrofe sem dimensão atinge os dependentes de desaparecidos, passíveis de proteção e eventual direito à pensão. Essa pensão exige o passar de seis meses da catástrofe e o desaparecimento declarado por autoridade judicial.

O mesmo se dará em face da união estável. Devido ao caso de força maior, não se exigirá prova material para reconhecimento da união.


Apaepers

SAQUE-CALAMIDADE

Justiça manda CNEC depositar FGTS em atraso para docentes atingidos por enchentes

Logo após a enchente que assolou o estado, mais de 540 professores da rede CNEC das áreas atingidas tentaram realizar o Saque-Calamidade do FGTS, que permite valores até R\$ 6 mil nas localidades afetadas. Porém, não havia saldo, já que o empregador não efetuou regularmente os depósitos.

O Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS), entre outros ajuizamentos por descumprimento de cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), desde 2019 já tinha uma ação coletiva em andamento na Justiça do Trabalho específica sobre ausência de depósitos de FGTS por parte da Rede CNEC no processo nº. 0020266-63.2019.5.04.0015. Até agora, a Rede CNEC admite apenas R\$ 2.617.126,17 (valor incontroverso, uma vez que o montante da dívida pode aumentar até o julgamento) do total do montante da dívida.

O processo segue em andamento. Mas, diante da urgência dos professores atingidos pela tragédia climática, o Sindicato recorreu à 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre com requerimento de urgência, o qual resultou na determinação em juízo do imediato depósito do FGTS dos professores, conforme os valores admitidos pela Rede CNEC.

A Rede CNEC, por sua vez, para fins de cumprimento da decisão, alegou não ter a totalidade do valor e apresentou proposta de Acordo

Judicial Parcial, ou seja, nos moldes da conciliação. Assim, será dada apenas a quitação dos valores incontroversos e comprovadamente depositados, prossequindo, assim, como a discussão das demais diferenças apontadas no processo.

O acordo já foi homologado, e a Instituição pagará o valor de forma parcelada, em 40 parcelas iguais e mensais de R\$ 65.428,15, todo o dia 5 de cada mês, sendo a primeira no dia 5 de julho de 2024.

As parcelas de FGTS serão depositadas diretamente na conta vinculada dos professores, sob a observância de alguns critérios. A Rede CNEC deve dar preferência aos docentes que ainda não realizaram o "Saque-Calamidade" e, em seguida, aos docentes que residem ou laboram nos municípios mais afetados pelas enchentes que atingiram o RS.

"Até 2020, o Sindicato tinha negociações mais frequentes com a Rede CNEC, em Brasília. Até então, os conflitos eram resolvidos de forma negocial. De 2020 para cá, a Rede CNEC passou a dificultar qualquer tipo de negociação. A saída que o Sindicato encontrou foi judicializar os descumprimentos da Convenção Coletiva de Trabalho e, mais especificamente, as irregularidades nos depósitos do FGTS, que agora, finalmente, conseguimos um desfecho positivo, mesmo que parcial, em favor dos professores", contextualiza o diretor do Sinpro/RS Sani Cardon.

Foto: CNEC/Reprodução



Faculdade CNEC Gravataí

Atividades físicas no inverno: conheça os benefícios e não desanime

Os benefícios do exercício físico são inúmeros e, independentemente da época do ano, praticar faz bem: aumenta a imunidade, previne uma série de doenças crônicas não transmissíveis, tais como hipertensão arterial, resistência à insulina, doenças cardiovasculares, entre outras, e é ainda um grande aliado antiestresse, diminuindo os quadros de ansiedade e depressão.

Outono/inverno: chuva e frio

Nesta época do ano, os dias de luz solar são curtos e a presença da chuva que nos assola pode criar situações de depressão, ansiedade, nos deixando desmotivados na hora de treinar. E quanto mais inativos, mais preguiçosos e sem energia vamos ficando, com impactos negativos no humor, no sono, na libido e na autoestima.

Pequenas atitudes - muitas mudanças

Você não precisa se inscrever em uma academia, nem comprar o tênis top 10, e muito menos se transformar em um atleta maratonista. Para ter os benefícios que a atividade física promove, bastam pequenas atitudes para gerar mudanças positivas tanto na saúde física quanto mental.

O Sinpro/RS, em parceria com a Pace Assessoria Esportiva, ajuda você a praticar em diversos formatos, inclusive sem sair de casa e ainda com baixíssimo custo e gratuitamente.

Outras dicas essenciais

Use roupas adequadas ao clima. Mantenha-se hidratado! A conta básica para a quantidade ideal de água: 35ml x seu peso. Evite os horários de sol forte e use sempre protetor solar. Se possível, praticar em dupla, principalmente mulheres. Parques ou praças são sempre a melhor escolha, pois o ambiente vai proteger um pouco da poluição, não há o perigo do trânsito e sua mente vai agradecer.

Vamos praticar?

Comprometa-se com seu bem-estar, estamos nessa com você!

Para você e seus dependentes:

Gratuitas:

- Aulas *on-line* de Ativação Corporal em tempo real, através do FB do Sinpro/RS, nas terças, das 18h30 às 19h, e nos sábados, das 9h às 9h30. Basta acessar a plataforma e praticar com um profissional qualificado e as aulas ainda ficam gravadas e disponíveis.
- Plataforma Somos Sinpro/RS – plataforma digital com videoaulas de Yoga, Pilates, Treinamento Funcional, receitas *light* e muito mais. Tudo isso em um clique. Acesse e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados e dependentes <http://somos.pacevida.com.br/sinprors/>

Baixo custo (subsidiadas pelo Sinpro/RS em POA e Região Metropolitana)

MOVE – Grupo de Corrida e Caminhada Orientada. Inscreva-se <https://www.sinprors.org.br/saude/grupo-de-caminhada-e-corrída/>

Acabou a leitura?

Confie no poder do movimento. Venha com a gente e sinta-se melhor.



Daniela Pichler, diretora técnica da Pace Assessoria Esportiva – CPF: RS-005962



Foto: Filipe Araújo/Minic

Sem medo da Lei Rouanet

por Marcelo Menna Barreto

Assim como a educação crítica, a cultura no Brasil é alvo preferencial de *fake news* disseminadas por radicais de direita. Proliferam mentiras, segundo as quais um consagrado compositor “do petê” teria enriquecido às custas da Lei Rouanet; ou verbas da cultura seriam embolsadas por artistas em troca de apoio político. Nada mais fantasioso e irreal, ainda mais em se tratando da mais eficiente das políticas de incentivo à cultura por

meio de renúncia fiscal no Brasil.

Demonizada há pelo menos uma década com objetivos de propaganda política, a Lei Federal de Incentivo à Cultura (8.313/1991) autoriza pessoas físicas e jurídicas a destinar recursos financeiros para projetos culturais em troca de descontos no Imposto de Renda. Os percentuais permitidos são 4% do imposto devido para empresas e 6% para pessoas físicas.

Para o titular da Secretaria de Economia Criativa e Fomento

Cultural do Ministério da Cultura (Sefic/Minc), Henilton Menezes, “de forma deliberada, havia a intenção de enfraquecer as estruturas de funcionamento da Lei Rouanet, na tentativa de descredibilizá-la, especialmente junto à sociedade brasileira e potenciais patrocinadores”.

A partir dessa falsa premissa, começaram a surgir boatos voltados para a difamação da lei e incentivo. Possivelmente, um dos mais fantasiosos delírios anti-Rou-

anet mirou justamente em Chico Buarque, inventando que ele teria se radicado na Ille Saint-Louis – uma das duas ilhas no meio do rio Sena, em Paris – por ser um dos beneficiados da legislação.

Ocorre que o compositor, cantor e escritor premiado pelo Camões, o mais cobiçado prêmio da Literatura em língua portuguesa, sempre fez questão de deixar claro que não é contra a Lei Rouanet, porém nunca usou o incentivo em seus projetos.

A verdade

A verdade é que a lei que leva o nome do seu criador, o então secretário de Cultura da Presidência da República de Fernando Collor de Mello, Sérgio Paulo Rouanet (1934-2022), integra uma série de políticas fiscais que não são exclusividades do Brasil e servem para incentivar determinados setores econômicos.

No país, para se ter uma ideia,

de aproximadamente R\$ 523,7 bilhões destinados à renúncia fiscal, a Rouanet utiliza 0,57% do montante, ou seja, pouco menos de R\$ 3 bilhões.

É um valor abaixo até do destinado para o incentivo à fabricação de embarcações e aeronaves, que fica com 1,18% do total, o que equivale a R\$ 6,1 bilhões, e muito distante dos recordistas, Comércio

e Serviços, os quais abocanham o percentual de 25,25%, ou mais de R\$ 132 bilhões.

“A Lei Rouanet é o maior patrimônio da cultura brasileira, mais longo e que resistiu aos ataques e ultrapassou as diversas colorações políticas dos diversos governos, desde 1991”, destaca Henilton Menezes



Foto: Vinicius Laures/Câmara dos Deputados

Âncora de financiamento

Diante da ausência de dados sistematizados que dificultam a avaliação precisa do impacto da Lei Rouanet na economia nacional, o MinC encomendou um estudo à Fundação Getúlio Vargas, que já tinha um trabalho que aponta R\$ 1,60 de retorno para a União a cada Real de renúncia fiscal destinado à Rouanet.

Isso, explica Menezes, por conta da grande movimentação da cadeia produtiva. Assim, a Lei Rouanet serve como uma âncora de financiamento, que ajuda agentes culturais a atrair outras fontes de recursos e formalizar suas operações.

“Eles (produtores culturais) conseguem catapultar outras fontes de recursos, desde leis estaduais e municipais, até apoios diretos com fornecimento de itens, como passagens aéreas, alimen-

tação, estruturas, transporte e hospedagem. Precisamos medir esses investimentos indiretos”, ressalta.

O fato é que a Rouanet trouxe profissionalização para o setor cultural. Passa pela formalização dos agentes, pois “usar a lei exige, do agente, uma institucionalização que ele não tinha”, registra Menezes.

O secretário assinala, ainda, que essa institucionalização requer qualificação não só para a formulação e apresentação de projetos culturais, mas também para a captação de recursos, caso sejam cancelados, e a posterior prestação de contas do realizado. “Um processo cada vez mais rigoroso para coibir ao máximo possíveis tentativas de fraudes e dar transparência à utilização dos recursos”, esclarece.

Rio Grande do Sul

Em visita ao Rio Grande do Sul no último dia 3 de julho, a ministra da Cultura, Margareth Menezes, anunciou um pool de investidores que destinarão parte do seu potencial de utilização da Lei Rouanet para investimentos no estado que sofre os efeitos da pior catás-

trofe ambiental de sua história.

A ministra apresentou, também, uma Instrução Normativa que flexibiliza o mecanismo para a emergência, priorizando projetos culturais locais e estabelecendo um grupo gestor para definir critérios de análise dos projetos emergenciais.



Foto: Igor Sperotto

Em visita ao RS, no início de julho, a ministra da Cultura, Margareth Menezes, anunciou investidores que irão financiar projetos pela Lei Rouanet e critérios para análise de projetos emergenciais

Pessoa Física

Menezes não poupa elogios à política de incentivo cultural em vigor no país há 32 anos. “A Lei Rouanet é o maior patrimônio da cultura brasileira, mais longo e que resistiu aos ataques e ultrapassou as diversas colorações políticas dos diversos governos, desde 1991”, define, reconhecendo que a Lei precisa ser aprimorada.

A crítica à concentração de recursos no eixo Rio-São Paulo, por exemplo, é válida, para o secretário, porém tem que ser contextualizada. “Ela representa, na realidade, a concentração econômica do Brasil, com grandes empresas que podem investir via Lei Rouanet, localizadas em centros econômicos robustos”, assinala. Entre as formas de contornar o problema, ele aponta o aumento da base de potenciais investidores na Rouanet para distribuir melhor os re-

ursos pelo país, o que já está em tratativas com a Receita Federal. A exemplo dos fundos da Infância e Adolescente e do Idoso, o MinC irá viabilizar que qualquer pessoa física que tiver interesse em destinar parte do seu Imposto de Renda a projetos culturais possa fazer isso diretamente na sua declaração.

Se, hoje, uma empresa pode investir diretamente na Rouanet na hora de pagar seu imposto, a pessoa física precisa fazer o investimento até dezembro e só recupera o valor no ano seguinte.

A ideia não é aumentar a renúncia, frisa o secretário, mas ampliar a possibilidade de desconcentração dos recursos. “Ao contrário do investimento da Pessoa Jurídica, a Pessoa Física já é um investimento desconcentrado. Ela já nasce desconcentrada”, defende.

Discurso fácil x realidade

O discurso fácil contra a Rouanet disseminado nos últimos anos gera um fenômeno típico, o de perguntar a qualquer opositor raso como ela funciona e ele não sabe responder nada além das famosas histórias já conhecidas.

Além do dinheiro não sair diretamente dos cofres do Tesouro para a mão dos produtores e artistas, dados do MinC dão conta de que os 20 maiores proponentes da Lei Rouanet são instituições sem fins lucrativos ou empresas que realizam eventos coletivos, os quais resultam em uma variedade de ações culturais.

Dos cerca de 3,5 mil projetos financiados por ano sob a chancela da Lei Rouanet, a maioria é

de pequeno porte, com orçamento abaixo de R\$ 1 milhão. Mas são as iniciativas que têm à frente artistas famosos que acabam tendo maior visibilidade. Segundo Henilton Menezes, isso contribuiu para a disseminação de preconceitos contra a Rouanet. Em especial, porque se desconhece ou se omite que há limitações de cachês, que só podem chegar ao máximo de R\$ 25 mil.

“Muitas vezes, artistas recebem mais do que esse teto, mas são viabilizados com recursos diretos do patrocinador, sem uso do incentivo fiscal. Há muita desinformação sobre projetos patrocinados com a Lei”, reclama o secretário do MinC.



FRAGA

Desmentidos desmedidos

A ideia do PL 1904/24 é que haja uma punição para situações em que a interrupção da gravidez seja realizada após 22 semanas de gestação. A pena seria equivalente à do crime de homicídio simples: de seis a 20 anos de prisão

O Projeto de Lei dito do Estupro (ora em banho-maria, mas a fervura da água ainda não foi afastada de vez) tá dando muito o que falar, sem contar a gritaria e o choro das vítimas.

Nas redes, rolam rumores e mentiras; no boca a boca, brotam boatos e besteiras; ao vivo, voam inverdades inverossímeis. A seguir, os esclarecimentos cabíveis. Não é tão verdade que a bancada evangélica dá preferência a estupradores para preencher vagas de assessores na Câmara. Eles apenas terão chances iguais aos candidatos que não costumam estuprar.

Tampouco procede a informação que foram contratados com verba pública despachantes em Brasília para ajudar esses candidatos aos gabinetes legislativos a apresentar melhor seus currículos estupracionais. A solidariedade graciosa dos despachantes tem sido bem-vinda.

É exagero afirmar que há deputados que pretendam adicionar ao PL penas ampliadas para as mulheres estupradas que tiverem gravidez múltipla, com acréscimos de 2 anos às mães que tiverem gêmeos, 3 anos para trigêmeos, 4 para quádrupulos e 5 para quintuplos. Acima de 6 filhos, estaria sendo estudada a pena perpétua a essa mãe, o que é distorção – foi apenas cogitada.

É falácia ou *fakenews* (a primeira vem do falópio e a segunda da

falcatura) que o PL propôs prisão preventiva às mulheres que, em seus períodos férteis, circulem à noite por lugares ermos, pondo em risco a indefesa libido dos potenciais estupradores. Por outro lado, a ovulação feminina será considerada uma atenuante na acusação ao estuprador.

É boato grosseiro que mães estupradas irão dividir meio a meio sua bolsa-família por filho de estupro com o seu estuprador. Para evitar esse prejuízo a ela, o PL poderá incluir ao estuprador desamparado um auxílio-estupor.

É inverídico que pais, irmãos e tios estupradores teriam auxílio-moradia por coabitarem com filhas, irmãs e sobrinhas. O previsto na futura lei é familiares receberem um auxílio-leito, para que meninas e mocinhas tenham camas separadas dos seus parentes masculinos.

Outra invenção da maldade popular é a que atribui ao texto do PL um capítulo dedicado a condenar a reincidência ao aborto. A redação final desse tópico prevê a manutenção da condição de ré primária, faça quantos abortos a mulher fizer.

É quase que inteiramente falso que o PL contenha a sugestão da descriminalização do incesto, com liberação do seu uso para fins recreativos.

Enfim, a lista de excessos do PL continua e a luta da sociedade contra esse PL também.



Ilustração: Rafael Sica

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



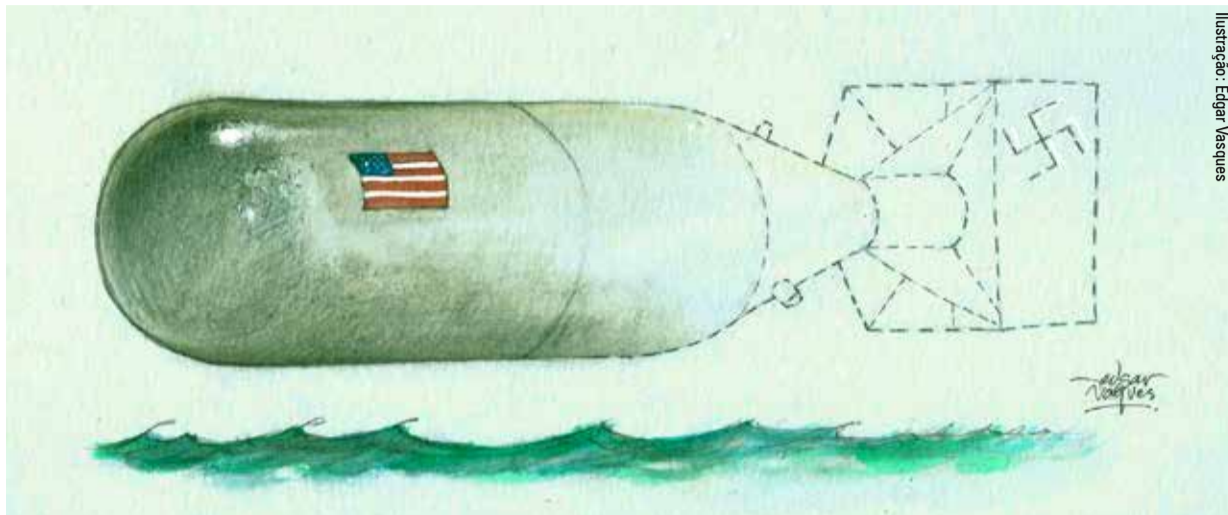
RANGO / EDGAR VASQUES





A Travessia

O que atrasou o programa nuclear alemão não foi a consciência mas o preconceito burro: os nazistas achavam que física teórica era “coisa de judeu” e custaram a entender todas as implicações do átomo partido



Se não fossem o escravagismo e a diáspora forçada da África, nós não teríamos o samba, o jazz e todos os ritmos caribenhos, sem falar nas outras contribuições dos negros para a nossa cultura e alegria. O mesmo tipo de elogio por vias tortas pode ser feito ao comunismo, ao fascismo e outros ismos persecutórios, que mandaram tantos artistas e cientistas para a América. Gente como Billy Wilder, Saul Steinberg e Vladimir Nabokov teriam o mesmo talento se não tivessem que fugir de Hitler, de Mussolini e dos bolcheviques, mas sua arte não seria a mesma sem a marca do exílio – e sem a oportunidade que encontraram no lugar do seu desterro.

Foi esta oportunidade oferecida pela rica e empreendedora América, a “chance” e os meios, mais, talvez, do que a liberdade, que atraíram os cientistas da Europa para também fazerem a sua arte no exílio. O exemplo mais notório dessa arte aplicada é a bomba atômica. Num universo sem relativização moral, um filme do Wilder, um desenho do Steinberg, um livro do Nabokov, e a bomba – e mais um solo do Charlie Parker – poderiam ser exibidos num mesmo espaço, ilustrando o mesmo tema: os frutos da travessia.

A famosa visita do físico alemão Werner Heisenberg ao físico dinamarquês Niels Bohr em 1941 já deu muita discussão, muita especulação e uma peça de sucesso, *Copenhague*, de Michael Frayn. Heisenberg dirigia o programa nuclear da Alemanha e nunca se ficou sabendo exatamente sobre o que os dois amigos conversaram na casa de Bohr, naquele setembro. Heisenberg teria ido informar Bohr sobre o progresso da sua pesquisa e pedir sua ajuda, queria sondar Bohr sobre o que este sabia das pesquisas sendo realizadas nos Estados Unidos depois da chegada de Enrico Fermi ou – a especulação dramaticamente mais aproveitável de todas – teria levado a Bohr a proposta de um compromisso a ser assumido por cientistas dos dois lados, de não construir a bomba ou de sabotar a sua construção?

Hoje se sabe que esta proposta não existiu. Mas a simples especulação de que ela teria sido feita trazia algumas implicações importantes. Uma, a de que o próprio Heisenberg estaria deliberadamente atrasando o programa nuclear dos nazistas, e que, mesmo se soubessem como, os cientistas alemães não teriam construído a bomba. Outra, a de que o apelo de Heisenberg seria a valores humanísticos acima de lealdades passageiras a pátrias e regimes, ou a uma sensibilidade comum europeia, com a esperança que ela também tivesse sobrevivido na América.

Parte da oportunidade que a América dava à ciência para levar a pesquisa nuclear à sua conclusão lógica e prática era livrá-la de escrúpulos e culpa, ou seja, livrá-la da hesitação europeia. Heisenberg estaria propondo uma conspiração da consciência, contra o pragmatismo americano e contra a volúpia da ciência de perseguir toda descoberta

até o seu fim, mesmo que o fim seja o terror.

Documentos recém-publicados mostram que Heisenberg não propôs nada parecido a Bohr, que Bohr só guardou da visita sua preocupação com a possibilidade de os nazistas terem a bomba primeiro e a certeza consoladora de que Heisenberg e seu grupo não estavam nem perto de conseguir isso.

Na verdade, o que atrasou o programa nuclear alemão não foi a consciência mas o preconceito burro: os nazistas achavam que física teórica era “coisa de judeu” e custaram a entender todas as implicações do átomo partido. Da mesma forma, foram as novas leis raciais italianas, inspiradas pelas nazistas, que forçaram a ida de Enrico Fermi, cuja mulher era judia, para os Estados Unidos e a emigração da maioria da sua equipe. Assim, foi a antiga tradição do antissemitismo, exacerbada e burocratizada pelo fascismo, e não o humanismo, a “fraqueza” da Europa que deu a vantagem aos americanos. Também havia antissemitismo nos Estados Unidos, mas na hora de desenvolver a arma que acabaria com todas as armas, quem estava contando?

A ideia de que Heisenberg representava uma resistência do espírito europeu ao horror da bomba em contraste com a mobilização objetiva americana permanece como especulação dramática, mesmo sendo falsa, porque é uma metáfora forte. Heisenberg foi o gênio nuclear que não cruzou o Atlântico, o antiexilado, o que não aproveitou a terra da oportunidade e fracassou.

Todos os cientistas que participaram do Projeto Manhattan, de construção da bomba, descreveram a época, de oportunidade irrestrita, como excitante, inesquecível, a melhor das suas vidas. Com recursos intermináveis e o estímulo entusiasmante do lendário general Groves, chefe militar do programa, estavam participando da maior aventura científica de todos os tempos, sem tempo para dúvidas.

Robert Oppenheimer, o cientista que comandava o projeto, conta que sua primeira reação ao saber que a primeira bomba explodira sobre Hiroshima fora um extático “Funcionou!”. O primeiro pensamento da ciência é o da sua própria validação pela eficiência. Os segundos pensamentos custam a chegar. Oppenheimer só pensou nos mortos depois, se opôs ao desenvolvimento da bomba de hidrogênio e acabou sendo chamado de antipatriota. Era como se a consciência tivesse feito a travessia num barco mais lento.

Sem o vício do antissemitismo, os alemães teriam feito a bomba antes? Talvez lhe faltasse a oportunidade da América, onde os europeus iam para recomeçar, onde tudo estava sempre recomeçando, sem hesitações ou culpa, e onde um delirante arabesco do Steinberg e um cogumelo nuclear nasciam da mesma paisagem sem história. De qualquer jeito, quem ficou com a bomba não foi o Hitler, foi o Truman.

Só um sindicato especialista em você garante este patrimônio

Sete Convenções Coletivas de Trabalho e também diversos Acordos, com inúmeras cláusulas negociadas que, além de garantirem melhores condições de trabalho, têm impacto econômico direto no seu salário.



É apenas com a contribuição financeira das professoras e dos professores que o Sinpro/RS conta para investir os recursos necessários na defesa e conquista de direitos. **Faça sua parte. A sustentação do Sindicato é responsabilidade de todos.**

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão